

Não às armas



» JOSÉ SARNEY
Ex-presidente da República, escritor e imortal da Academia Brasileira de Letras

Uma guerra nuclear é o maior pesadelo da humanidade. Ela tem o potencial de destruir a vida sobre a face da Terra, de maneira direta ou indireta, seja pela contaminação de bilhões de pessoas, seja pela destruição da infraestrutura necessária à produção e distribuição de alimentos aos sobreviventes, seja pelo inverno nuclear, cujas alterações na atmosfera terrestre tornariam inviável toda forma de vida.

Presidente do Brasil de 1985 a 1990, determinei em meu governo o fim de toda pesquisa de artefatos nucleares com fins militares. Ao mesmo tempo, estabeleci, em parceria com Raúl Alfonsín, presidente da Argentina, uma cooperação no desenvolvimento nuclear com fins pacíficos. Finalmente, por proposta de nossos dois países, Brasil e Argentina, em 1986, durante a III Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU sobre Desarmamento, foi aprovada, com a Resolução nº 41/11, a Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul, que tornou a região livre de armas nucleares e de destruição em massa.

Os acordos sobre mísseis nucleares têm uma longa história. Desde os Salt e Start até o Tratado de Moscou e o New Start, de 2010,

Estados Unidos e Rússia têm examinado a redução de armas nucleares estratégicas, enquanto o INF, de 1988, baniu as armas de alcance intermediário. Infelizmente, em 2019, os Estados Unidos deixaram o INF e, agora em 2026, expirou o New Start. Não há mais acordo para limitar suas armas nucleares.

Assim, na última década, tivemos um retrocesso no controle das armas nucleares, que são perigosas demais para esgotar-se nas negociações entre os dois países, pois afetam toda a humanidade.

É doutrina inconcebível a segurança de alguns pela insegurança de todos. A tarefa da salvação é de todos, sem exclusão de ninguém. O enfraquecimento do multilateralismo é danoso à causa da paz. O desarmamento, por maiores que sejam os arsenais das grandes potências, não pode ser apenas uma discussão a dois.

A natureza e tudo que vive estão no âmago dessa questão. Não é a arte da guerra. É a questão transcendente da vida, não como um bem individual, mas filosófico, coletivo, que é ameaçado, desde o pobre índio da Amazônia, desde a mais pequenina flor adormecida, cultivada com dificuldade, até toda a riqueza acumulada pelos homens, nos países e nos continentes. A destruição total não escolhe entre ricos e pobres. Ceifa o gênero humano. A morte a invadir seres e coisas. O silêncio eterno.

Estou profundamente preocupado e com medo das consequências depois que esse acordo nuclear entre Estados Unidos e Rússia teve seu prazo vencido sem que as duas potências o renovassem. Isso representa, sem dúvida, uma grande ameaça para a humanidade, que se vê,

uma vez mais, exposta ao abismo da incerteza.

Não é que tenhamos algum conflito iminente a nos apontar para um conflito nuclear, que se tenha nesse vácuo uma sedução para o uso desse dédalo final, mas subsiste o medo de que qualquer conflito no futuro conduza a Terra a uma catástrofe absoluta.

Nesse sentido, me dispus a escrever este artigo movido pelo ideal pacifista, cumprindo com meu dever de consciência, uma vez que, ao longo da vida, sempre me posicionei contra o uso de armas nucleares, na esperança de que minhas palavras ecoem em outros espíritos com esse mesmo ideal.

Por mim, não existiria nenhuma arma nuclear na face da Terra, pois enquanto tivermos um artefato nuclear, o mundo não estará tranquilo. E a espécie humana, sempre ameaçada.

Pelo bem da humanidade, que os presidentes Donald Trump e Vladimir Putin voltem a conversar e acordar tratados pela progressiva redução dos seus arsenais nucleares.

A humanidade passaria a dever aos dois presidentes a coragem de romper barreiras e começar de maneira efetiva um programa de desarmamento; que não pode parar e que deve continuar, para que se rompa essa teoria satânica de que a paz é o equilíbrio do terror.

Tenho autoridade para me manifestar dessa maneira por ter sido, com Raúl Alfonsín, o Estadista das Américas, responsável pela exclusão das armas nucleares, o que tornou a América Latina como a primeira zona densamente habitada do mundo a ser oficialmente livre de armas nucleares.

Não às armas. Tudo pela paz.

Maurenilson/CB



Empreendedorismo feminino é estratégia econômica, e o Brasil precisa tratar o tema como prioridade



» ROSE RAINHA
Diretora-superintendente do Sebrae no Distrito Federal

No Brasil, o empreendedorismo feminino ainda é frequentemente tratado como pauta de inclusão social. Embora essa dimensão seja importante, ela não esgota o tema. Quando mulheres empreendem, não se trata apenas de autonomia individual, mas de dinamização econômica, geração de renda, inovação e ampliação da base produtiva do país.

Incentivar o empreendedorismo feminino significa ativar capacidades produtivas que hoje operam abaixo do seu potencial. Negócios liderados por mulheres geram empregos, movimentam cadeias locais, diversificam mercados e contribuem para a resiliência econômica, especialmente em cenários de instabilidade. Reduzir essa agenda a uma política compensatória é ignorar seu impacto direto sobre produtividade, competitividade e desenvolvimento sustentável.

O Brasil avançou no reconhecimento da importância dos pequenos negócios, mas ainda persistem barreiras estruturais que limitam o pleno crescimento das mulheres empreendedoras. O acesso desigual a crédito restringe investimentos e escala. A menor inserção em cadeias produtivas estruturadas e mercados

internacionais reduz valor agregado. A sobrecarga de responsabilidades familiares compromete tempo e expansão. Soma-se a isso um ambiente institucional que nem sempre considera as especificidades dessas trajetórias.

Esses fatores não são periféricos. Eles impactam a produtividade dos negócios e a competitividade sistêmica da economia. Se quisermos discutir crescimento com seriedade, precisamos tratar o empreendedorismo feminino como política econômica, com planejamento, coordenação e metas claras.

Foi com essa perspectiva que, em 2023, o Sebrae no Distrito Federal realizou uma ampla escuta com mulheres empreendedoras. O diagnóstico resultou em 51 medidas organizadas em eixos, como crédito, inovação, segurança, educação e ambiente de negócios. O conjunto foi institucionalizado por decreto, transformando-se em política pública com governança participativa.

A experiência mostrou que políticas desenhadas a partir da escuta estruturada deixam de ser meramente compensatórias e passam a atuar como indutoras de mercado. Quando se cria ambiente favorável, o impacto não é restrito a um grupo específico — ele se espalha pela economia local.

Em 2026, essa agenda ganha novo impulso com a realização do Movimento, nos dias 3 e 4 de março, no Hotel Royal Tulip Brasília Alvorada. A iniciativa reúne representantes de organismos internacionais, como ONU Mulheres e Brics, além de lideranças públicas e empresariais de diferentes estados, para discutir inserção internacional, compras públicas e

fortalecimento institucional voltado às mulheres empreendedoras. Mais do que um evento, trata-se de um espaço de articulação para consolidar uma estratégia nacional.

Internacionalizar negócios liderados por mulheres, ampliar acesso a mercados estruturados e utilizar compras públicas como instrumento de inclusão produtiva são decisões econômicas. Quando empresárias acessam mercados globais e integram cadeias de fornecimento, ampliamos a base produtiva do país e fortalecemos sua inserção internacional.

O debate sobre equidade de gênero não pode permanecer restrito ao campo simbólico. Ele precisa integrar as estratégias de crescimento. Estudo do McKinsey Global Institute estima que o avanço da igualdade de gênero poderia adicionar até US\$ 12 trilhões ao PIB mundial. Países que ampliam a participação econômica das mulheres crescem mais e distribuem melhor os frutos desse crescimento.

O Brasil tem talento, criatividade e capacidade empreendedora para liderar essa agenda. O que falta é decisão estratégica. Tratar o empreendedorismo feminino como vetor econômico é reconhecer que competitividade e inclusão não são agendas opostas. Elas são complementares.

A questão não é se devemos investir nessa pauta, mas quanto estamos deixando de crescer ao não fazer com prioridade. Se o país pretende avançar em produtividade, geração de renda e inserção internacional, precisa colocar as mulheres no centro da estratégia econômica. Não como concessão, mas como decisão de desenvolvimento.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha (iterina) // circecunha.dj@adabr.com.br

Promessas eleitorais afetam ciclos econômicos

Com o debate sobre a adoção ampla de uma jornada de trabalho do tipo 5 X 2 “, apresentada por setores políticos como avanço civilizatório e promessa de campanha, um ponto importante é recolocado no centro da agenda nacional acompanhado de uma questão clássica: até que ponto políticas trabalhistas podem ser dissociadas da produtividade real de uma economia. Em um país com crescimento modesto, elevada informalidade e carga tributária complexa e alta, como o Brasil, mudanças estruturais no regime de trabalho exigem análise rigorosa de seus efeitos econômicos concretos, a médio e longo prazo. A discussão não é, em si, ilegítima.

Ao longo do século 20, a redução progressiva da jornada de trabalho acompanhou ganhos de produtividade, inovação tecnológica e expansão do capital humano. O problema surge quando a promessa de menos trabalho antecede, em vez de resultar desses ganhos estruturais. Dados de organismos internacionais indicam que a produtividade do trabalho no Brasil permanece estagnada há décadas, quando comparada a economias desenvolvidas e mesmo a países emergentes. Isso significa que o país produz menos valor por hora trabalhada do que a maioria de seus concorrentes globais. Quando a produtividade cresce, é possível trabalhar menos sem reduzir renda agregada. Quando não cresce, reduzir horas implica dilema econômico inevitável, como manter salários com menos produção, elevando custos unitários; reduzir salários para preservar custos, afetando o poder de compra; ou absorver o impacto via desemprego e informalidade.

Em setores de alta tecnologia, ganhos de eficiência podem compensar reduções de jornada. Mas a estrutura produtiva brasileira é fortemente composta por serviços de baixa margem, comércio e pequenas empresas, cuja capacidade de absorver aumento de custos é limitada. Com isso, pequenas empresas, o elo mais vulnerável serão as mais afetadas. Mais de 90% das empresas brasileiras são micro e pequenas. São elas que concentram grande parte do emprego formal e informal do país. Para esse segmento, a jornada de trabalho não é apenas uma variável social, é uma variável de sobrevivência financeira. Uma redução compulsória de horas sem contrapartida de produtividade ou desoneração tributária significativa pode gerar efeitos encadeados, como a necessidade de contratar mais trabalhadores para manter operação, aumento do custo trabalhista total, elevação de preços finais, perda de competitividade e redução de postos formais.

Outro elemento estrutural do debate é o peso dos encargos sobre a folha salarial. O custo total de um trabalhador formal no Brasil ultrapassa significativamente o valor líquido recebido por ele. Qualquer alteração na organização da jornada que não enfrente essa distorção pode ampliar o descompasso entre custo empresarial e renda efetiva do trabalhador. Sem reforma tributária sobre o trabalho ou aumento relevante de produtividade, a redução generalizada de horas pode significar, além de um custo maior para empregar, geração de incentivo à automação defensiva com redução de oportunidades para trabalhadores menos qualificados. O impacto distributivo é evidente. Políticas trabalhistas têm efeitos distributivos complexos.

Trabalhadores qualificados, inseridos em setores produtivos, tendem a preservar renda e benefícios. Já os trabalhadores de menor renda, mais expostos à informalidade e ao desemprego, absorvem a maior parte dos ajustes econômicos. Assim, uma política concebida como ampliação de bem-estar pode, paradoxalmente, aprofundar desigualdades no mercado de trabalho, caso não esteja ancorada em bases produtivas sólidas.

Em períodos eleitorais, propostas de impacto imediato sobre o cotidiano do trabalhador ganham apelo político. A redução da jornada é facilmente compreendida como melhoria direta da qualidade de vida. No entanto, políticas públicas estruturais não podem ser avaliadas apenas por sua atratividade simbólica, mas por sua sustentabilidade econômica. Experiências internacionais mostram que reduções bem-sucedidas de jornada ocorreram quando foram acompanhadas por um forte crescimento de produtividade, investimentos em tecnologia, reorganização produtiva e diálogo social amplo entre Estado, empresas e trabalhadores. Sem esses fatores, a política tende a gerar custos difusos e benefícios concentrados. O dilema é central. A pergunta fundamental não é se trabalhar menos é desejável, mas quando e sob quais condições isso se torna viável. Economias mais produtivas podem distribuir melhor o tempo de trabalho.

O debate sobre a jornada 5x2 deveria ser precedido por uma discussão mais ampla sobre: produtividade nacional, custo do trabalho formal, estrutura tributária, competitividade empresarial, além de qualificação da força de trabalho. Sem esse alicerce, a promessa de trabalhar menos pode converter-se em um ajuste econômico mais severo do que o previsto especialmente para os mais vulneráveis. O desafio do país não é escolher entre bem-estar e responsabilidade econômica, mas construir políticas que permitam ambos coexistirem de forma sustentável. Até agora nem uma coisa nem outra tem sido levada adiante com responsabilidade.

» A frase que foi pronunciada

“Uma nação desunida jamais vai prosperar.”

Senador Cleitinho

» História de Brasília

Ninguém mais util, pois, do que aquele que se destina a mostrar, com evidência, os acontecimentos do presente e desenvolver as sombras do futuro. (Publicada em 15/5/1962)